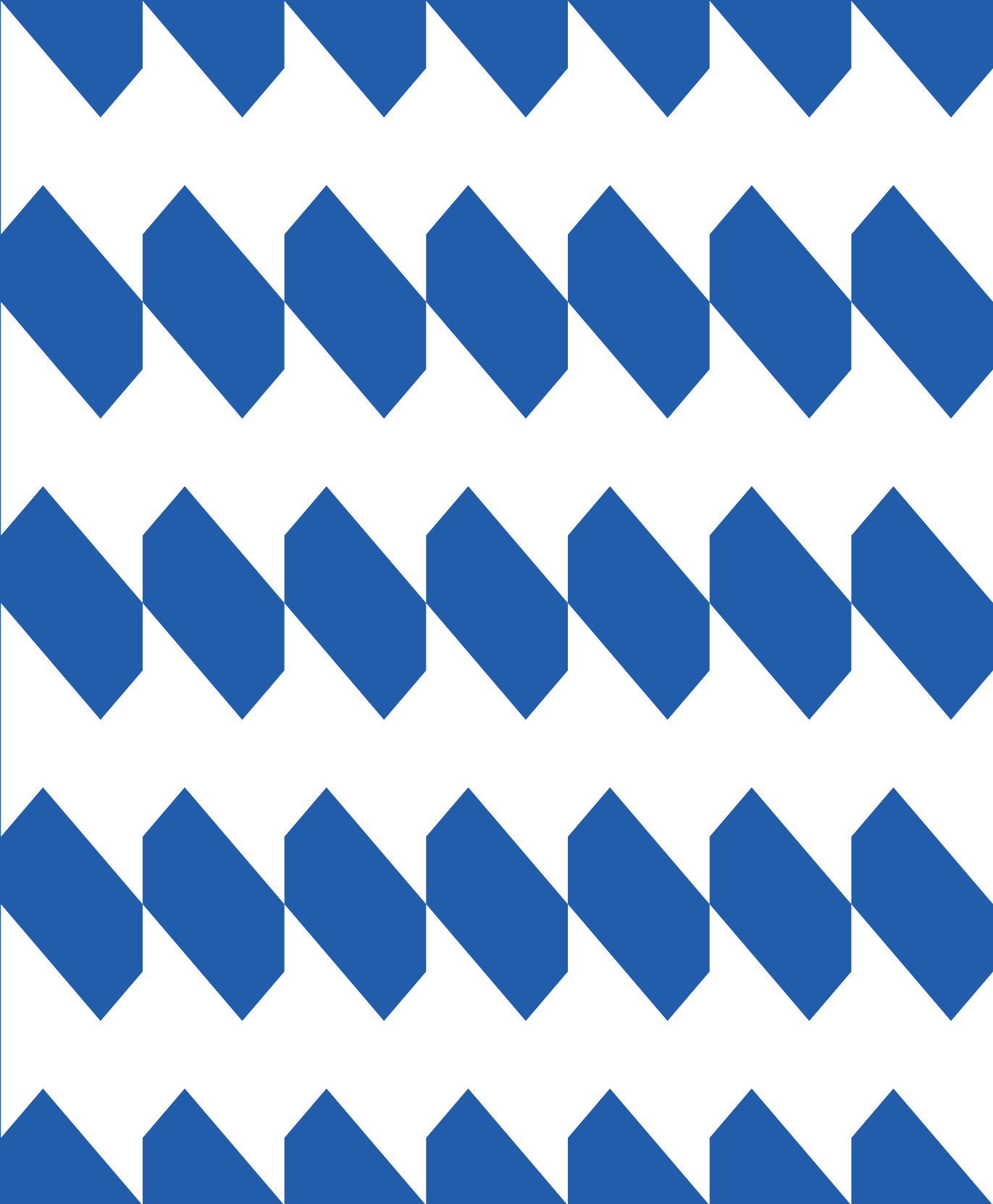


Bindi

A decorative border composed of repeating geometric shapes in blue and white. The top border features a row of blue triangles pointing downwards. Below this is a row of white diamonds, each containing a blue triangle pointing upwards. This pattern repeats for three more rows. The bottom border consists of a row of blue triangles pointing upwards.

cultura, democracia e direito

01
SET 22



B.

Bindi: cultura, democracia e direito

uma publicação oficial do insituto norberto bobbio

ano 1 • vol. 1

conselho editorial

Dr. **Alfonso Ruiz Miguel** Universidad Autónoma de Madrid - Madrid/Espanha; Dr. **Alfredo Attié Jr.** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **Assis Brandão** Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife/PE; Dr. **Celso Campilongo** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **Celso Lafer** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dr. **César Mortari Barreira** Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP; Dr. **Diego Dantas** Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ; Dr^a. **Elza Boiteux** Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dra. **Flávia Piovesan** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP; Dr. **Francesco Pallante** Universidade de Turim - Itália; Dr. **Giuseppe Tosi** Universidade Federal da Paraíba - UFPB - João Pessoa/PB; Dr. **José Alcebíades de Oliveira** URI - Santo Ângelo/RS; Dr. **José Dias** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo/PR; Dr. **Marcelo de Azevedo Granato** Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP; Dr. **Marcio Renan Hamel** Universidade de Passo Fundo UPF - Passo Fundo/RS; Dr. **Michelangelo Bovero** - Universidade de Turim, Itália; Dr. **Rafael Salatini de Almeida** Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Marília/SP; Dr. **Roberto Bueno Pinto** Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Uberlândia/MG; Dr. **Samuel Antonio Merbach de Oliveira** Universidade Paulista - UNIP - São Paulo/SP; Dra. **Silvia Pimentel** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - São Paulo/SP; Dr. **Tercio Sampaio Ferraz Júnior** - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP; Dra. **Valentina Pazè** Università degli Studi di Torino - Itália; Dr. **Willis Santiago Guerra Filho** Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro/RJ

autores desta edição

Dr. **José Dias** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Toledo/PR; Dr. **Norberto Bobbio** In memoriam; Me. **Reginaldo César Pinheiro** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Cascavel/PR; Dr. **Philip Pettit** Universidade de Princeton - EUA

coordenação científica-editorial

Dr. Frederico Diehl ; Dr. César Mortari Barreira; Dr. Marcelo de Azevedo Granato; Ms. Lévio Scattolini; Ms. Carlos Raíces; Esp. Willians Meneses.

equipe editorial

Coordenação Científica-Editorial

Editores-chefes: Dr. César Mortari Barreira e Dr. Frederico Diehl

Editores-assistentes: Dr. Marcelo de Azevedo Granato, Ms. Lévio Scattolini, Ms. Carlos Raíces e Esp. Willians Meneses

Capa e Diagramação: Victoria Novais

Coordenação Editorial: Willians Meneses

Os colaboradores desta Revista gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e conceitos abordados em seus trabalhos.

Endereço: Avenida São Luiz, 50, Conjunto 22b
República - São Paulo/SP - CEP: 01046-926 -
Telefone +55 11 31297076

equipe inb

Presidente Celso de Souza Azzi

Vice-presidente Ary Oswaldo Mattos Filho

Diretor Executivo César Mortari Barreira

Diretor jurídico Marcelo Granato

Coord. Geral Lévio Scattolini Oscar Júnior

Secretário Guido Urizio

Pesquisadora Júlia Albergaria

Coord. Desenvolvimento Mateus Vellardi

Coord. de Comunicação Victoria Novais

Coord. de projetos Adriana Breda

Coord. editorial Willians Meneses

Gerente Financeira Luana Silva

Gerente Administrativa Kelly Cristina

Norberto Bobbio

tradução:
**Susi Leolinda
Rosas Queiroz**

Doutoranda em Estudos da
Tradução pelo Programa de
Pós-Graduação em Literatura
e Cultura Universidade Federal
da Bahia. Mestra em Estudos
da Tradução na mesma
Instituição. Membro do grupo
de pesquisa PLIT-ILUFBA,
coordenado por Erica Salatini,
docente UFBA

susirosas02@gmail.com

[ID Lattes: 4086274157549622](#)

Revisão da tradução
Gesualdo Maffia e Erica
Salatini. Coordenação: Erica
Salatini, docente UFBA,
coordenadora do PLIT-
ILUFBA. Revisão técnica de
Rafael Salatini, professor de
Ciência Política na Unesp
(Campus de Marília).

tradução

qual reformismo

quale
riformismo

Publicado originalmente em Mondoperario, n.2, 2009.

Palavras-chave

Reformismo, democracia,
direita e esquerda

Parole chiave

Riformismo, democrazia,
destra e sinistra

resumo

Ensaio publicado no jornal Mondoperaio de maio de 1985, reproduzindo a conferência de Norberto Bobbio no congresso sobre o tema “Qual reformismo” organizado pelo PSI – Partido Socialista Italiano, em Bolonha, no final de fevereiro do mesmo ano.

riassunto

Il presente saggio è stato pubblicato nel giornale Mondooperario di maggio 1985 e riproduce la relazione di Norberto Bobbio al convegno sul tema “Quale Riformismo” organizzato dal PSI-Partito Socialista Italiano a Bologna alla fine di febbraio dello stesso anno.

Antes de responder à pergunta que me foi colocada, “porque somos reformistas”, parece-me necessário responder a uma pergunta preliminar: em que sentido de reformismo podemos nos declarar reformistas.

Esta questão preliminar nasce, antes de tudo, da observação de que também o “reformismo”, como todos os “ismos” políticos (e filosóficos), é um termo de mil significados; em segundo lugar, e principalmente, da constatação de que, ainda no âmbito da mesma tradição, que é essa do pensamento e da práxis socialista, o reformismo de que falamos hoje provavelmente não é aquele de que falavam os nossos pais.

Refiro-me, naturalmente, ao reformismo socialista, que é o que nos interessa. Cada século teve os seus reformistas, religiosos, políticos e econômicos. O conceito de reforma entrou prepotentemente na história europeia na sua dimensão religiosa, antes mesmo que na dimensão política.

Os príncipes reformistas do século XVIII eram defensores de reformas políticas que vinham impostas de cima. Quando falamos de reformismos, estamos nos referindo às reformas políticas ou econômicas ou sociais, e não às religiosas, deixando subentendido que se trata de reformas oriundas de baixo.

O reformismo socialista teve início e derivou o seu próprio significado histórico da contraposição à tradição revolucionária do movimento operário. Para que se tornasse clara essa contraposição, era necessário que fosse inserida na consciência europeia a ideia de revolução, entendida como ruptura violenta e benéfica de uma ordem anterior, ideia que não tinha emergido com nitidez antes da Revolução Francesa. Em um primeiro momento, a tradição revolucionária do movimento operário se identificou, em grande parte, mas não exclusivamente, com a história do marxismo, ou pelo menos com a interpretação mais difundida e talvez também mais consequente do pensamento de Marx; e, em um segundo momento, com o leninismo. Eu disse “não exclusivamente” porque houve também um marxismo reformista, embora seja preciso reconhecer que a abertura da via reformista resultou, muitas vezes, no gradual abandono das premissas marxistas.

Em todo o caso, se é legítimo falar de um marxismo reformista, leninismo e reformismo, são por sua vez, dois termos inconciliáveis entre si: falar de leninismo reformista seria como falar de um círculo quadrado. Quem considera que o leninismo seja a consequência natural do marxismo, em termos práticos e não apenas teóricos, está fora da lógica e da prática do reformismo.

Reformistas e revolucionários

Dentre todas as distinções de doutrinas, ou de correntes e de práticas que possam ser

feitas dentro da história do movimento operário, a historicamente mais incisiva e mais resolutiva, a distinção que engloba todas as outras, é justamente a distinção entre a ala reformista e a ala revolucionária; ainda que concretamente a distinção não seja tão clara, porque os revolucionários geralmente têm aceitado, pelo menos como fase preliminar, a fase das reformas, e os reformistas nunca descartaram totalmente, em última instância, a saída revolucionária. A razão pela qual se pode conjugar, sem se contradizer, o conceito de reforma com o de revolução ocorre porque há duas compreensões distintas, seja na linguagem comum, seja na linguagem mais técnica das ciências sociais, de “revolução”.

É entendida tanto como a causa, a ruptura violenta de uma ordem estabelecida, quanto como o efeito, a transformação radical de uma determinada estrutura social. O que não significa que a revolução como causa tenha a revolução como efeito.

Assim como não quer dizer que a revolução como efeito seja promovida por uma revolução como causa. Os reformistas sempre tiveram a convicção (ou a ilusão) de que um longo processo de reforma fosse capaz de evitar a revolução; em outras palavras, acreditaram que se pudesse ter a revolução como efeito sem recorrer à revolução como causa.

As duas antíteses

A distinção entre a ala reformista e a ala revolucionária do movimento operário foi, indubitavelmente, relevante no passado.

Mas ainda é igualmente relevante hoje? O critério de distinção entre reformistas e revolucionários deve ser buscado, como sabemos, não tanto nos conteúdos, nos programas, e menos ainda nos propósitos finais (os próprios reformistas sempre afirmaram que o propósito final do movimento era o socialismo, isto é, uma forma de sociedade radicalmente diferente dessa dominada pela economia capitalista), e sim na estratégia.

Com relação à estratégia, essas duas alas sempre representaram uma alternativa real, que pode ser resumida nestas duas antíteses; legalidade-violência, gradação-globalidade (face aos resultados). Atualmente essa alternativa é inexistente nos partidos europeus de esquerda. Não significa que tenha desaparecido totalmente, mas as franjas revolucionárias nos países democráticos correspondem, cada vez mais, a grupos marginalizados, que têm tão pouca relevância política que nem podem ser considerados como uma alternativa real. (A extrema esquerda hoje se refugiou ou no terrorismo, que é a expressão de um revolucionarismo exasperado ou desesperado, e ao menos até hoje improdutivo, ou então no seu oposto, isto é, no pacifismo, este também politicamente improdutivo, pelo menos até agora, e no ecologismo, em parte contrarrevolucionário, dos verdes). Desaparecida a contraposição, ou reduzida a termos mínimos, entre reformistas e revolucionários, o reformismo não pode mais ser definido em função do seu oposto.

Mas, se não pode mais ser definido em função do seu oposto, porque o oposto perdeu força, deve ser redefinido, ou melhor, deve ser definido e, portanto, entendido, se quisermos compreendê-lo, de outro modo. Qual?

Aqui está a primeira pergunta que deve ser feita em um discurso analítico para evitar chegar à conclusão de que, tendo perdido força uma das pontas da antítese, a outra tenha necessariamente que perder também.

1. Sindicalista e político italiano

[Nota do Revisor Técnico].

Regimes democráticos

Sobre a perda de força da alternativa tradicional nos regimes democráticos consolidados, e me iludo acreditando que o nosso pertença a esta categoria, é preciso despendar algumas palavras, em primeiro lugar para validar com dados de fato a mesma afirmação; em segundo para tentar entender porque o arco de consenso se estendeu para as ideias e a prática reformistas e, ao contrário, foi se restringindo cada vez mais a área das ideias e da prática revolucionárias.

No que toca aos dados de fato, uma primeira constatação impõe-se: a referência ao leninismo, que era obrigatória até que o nome oficial da doutrina dos partidos comunistas fosse “marxismo-leninismo”, desapareceu das declarações do partido comunista italiano e dos discursos dos seus dirigentes. Por outro lado, aumentaram nos últimos anos, por parte dos mesmos dirigentes, profissões de fé democrática e consequentemente reformista.

Em uma entrevista ao jornal *L'Espresso*, Luciano Lama¹ expressa o seu apoio pura e simplesmente a uma política socialdemocrata, afirmando entre outras coisas: “Se se quer afirmar o próprio papel de força reformista – sim, reformista – é preciso inserir no programa os conteúdos da reforma e batalhar”. Em um debate no *Mondoperaio*, intitulado, por coincidência, “Qual reformismo?”, Giorgio Napolitano² afirma que “a velha contraposição entre reformistas e revolucionários não faz mais sentido atualmente na esquerda italiana, se olhamos para os dois partidos históricos. Ainda mais recente, em uma entrevista para o *Corriere della sera* de 11 de fevereiro [de 1985], afirma que o ponto de chegada do PCI – Partido Comunista Italiano – é o grande reformismo europeu.

Se então, para além dessas provas factuais, queremos levar em consideração a razão pela qual houve um tempo em que o reformismo tinha geralmente na esquerda uma má reputação e era equiparada ao oportunismo, e

agora, em nossos países, o revolucionarismo tem má reputação, tachado de extremismo barato, irrealista, catastrófico, inconclusivo, é justamente pela natureza e pelas próprias condições de desenvolvimento da democracia, e das condições intrínsecas de uma sociedade democrática, que devemos começar. Naturalmente precisamos antes entrar em acordo sobre o significado a ser atribuído à “democracia”. Mas agora acredito que, diferente do que ocorria não faz muito tempo, quando a palavra “democracia” era um vaso vazio que cada um enchia como queria, no debate atual há um certo consenso, não importa se implícito ou explícito, sobre a aceitação do que chamei de definição mínima de democracia, sobre a democracia entendida como um conjunto de regras do jogo, sobre uma concepção procedimental de democracia (e não substancial).

Sociedade Democrática

Não digo que estou completamente tranquilo em relação a esse reconhecimento. Algumas polêmicas recentes me fazem pensar, como essa tórrida, no interior do fronte comunista, entre Mario Tronti³ e Salvatore Veca⁴, ainda que uma polêmica desse tipo teria sido impensável há apenas alguns anos. Isso me faz pensar em uma saída como a de Asor Rosa⁵ no jornal *La Repubblica*, quando fala sobre a “idiotice” do contratualismo.

Ai, ai! A ideia do contrato social, ou seja, a ideia de que o direito de comandar e de se fazer obedecer só é legítimo quando se baseia em uma delegação por parte dos destinatários do comando, é o abc da democracia moderna.

Se o contratualismo é uma idiotice, a democracia é o regime mais idiota do mundo. (O contratualismo como idiotice faz par com o famigerado “cretinismo parlamentar”⁶, que teve efeitos nefastos também no modo de pensar e de agir da esquerda).

Temos que começar pela democracia porque não se pode aceitar a democracia, mesmo em seu significado mínimo (mínimo, mas não por isso pobre), sem aceitar uma concepção bem precisa da sociedade e da história que é absolutamente incompatível com todo projeto de transformação radical da sociedade e com toda visão finalista e totalizante do curso histórico, projeto e visão que são próprios do revolucionário.

2. Político italiano, presidente da Itália entre 2006-2015 e posteriormente senador vitalício [NRT].

3. Filósofo e político marxista italiano [NRT].

4. Filósofo e marxista italiano [NRT].

5. Escritor, crítico literário, historiador e político italiano [NRT].

Estado e sociedade

6. Expressão marxiana [NRT].

O pensamento revolucionário está intrinsecamente ligado à ideia de uma era de longa e irrefreável decadência que só pode ser resgatada por uma inversão total do curso histórico. (Deste ponto de vista, o revolucionário e o contrarrevolucionário têm a mesma concepção da história, e é por isso que os extremos muitas vezes se tocam: com a diferença que, para o contrarrevolucionário a inversão consiste no grande retorno, enquanto que para o revolucionário consiste em um salto para o devir desconhecido, mas certo).

Muito pelo contrário, a democracia moderna, que nasceu do processo de emancipação da sociedade civil pelo Estado como sistema de dominação, e tem sido continuamente conduzida pela crença básica segundo a qual, para usar a famosa expressão de Thomas Paine, a sociedade é boa e o Estado é mau e, portanto, a sociedade deve ser deixada livre para se expandir e o Estado tem a tarefa restrita (restrita, mas essencial) de regular o seu movimento.

Aceitar a democracia significa, então, aceitar: a) o pluralismo dos grupos, no limite considerando o Estado como um dos grupos cuja tarefa é mediar conflitos entre os grupos parciais, de se assumir como árbitro entre eles, e, por vezes, até mesmo como parte ou contraparte na negociação entre os grupos; b) o conflito entre indivíduos e entre grupos não apenas como inevitável, mas também como fator de progresso e, portanto, benéfico; c) por meio da pluralidade dos grupos, e seus permanentes conflitos, a expansão da demanda social à qual o governo deve dar uma resposta sob forma de decisões coletivas vinculativas.

Admitir essas características da sociedade democrática significa admitir que a sociedade democrática está em constante transformação, mesmo independentemente, abaixo ou acima, do sistema político.

A democracia é dinâmica, o despotismo é estático. Tanto é verdade que nestes quarenta anos de democracia real, mesmo que muito imperfeita, o nosso país conheceu e continua conhecendo a maior transformação da sua história, uma transformação que, entre outras coisas, ocorreu durante a hegemonia de um partido que nunca escreveu a palavra “reformismo” em seu cabeçalho, e sem um processo revolucionário (aqui me refiro à “revolução” como causa), ou melhor, através do respeito mais ou menos constante, com alguns deslizes, mas pelo menos até agora não mortais, das regras fundamentais de uma democracia liberal.

O Pós-moderno

Uma segunda razão para a perda do fascínio pela revolução encontra-se nesta dupla constatação: por um lado, as grandes revoluções (aqui entendo a “revolução” como efeito) que transformaram profundamente a sociedade moderna e nos impulsionam, queiramos ou não, para uma nova fase de desenvolvimento histórico que já recebeu o nome sugestivo, totalmente vago, de pós-moderno; desde a revolução industrial até a atual revolução tecnológica, não foram revoluções políticas no sentido próprio da palavra. Por outro lado, a grande revolução política do nosso tempo, a Revolução Russa, de fato transformou profundamente um imenso país e fez com que ele se tornasse a outra grande potência da qual depende, para o bem e para o mal, o nosso destino de pigmeus na terra dos gigantes, mas deu origem a um sistema político e social que ninguém do lado de cá da Cortina de Ferro (e tenho razões para crer que poucos também do lado de lá) está disposto a aceitar como modelo.

A essa altura, feita a constatação que a democracia, entendida como um conjunto de regras do jogo que devem servir para resolver os conflitos pacificamente, exclui a ruptura revolucionária, e portanto já derrotou um dos tradicionais inimigos do reformismo sem ter que combatê-lo, deparamo-nos com outra questão: se uma sociedade democrática em constante transformação, ainda que gradual, por efeito da liberdade desfrutada por seus principais sujeitos, os indivíduos e os grupos de interesse, muitas vezes a despeito, eu ia dizer à revelia, do poder político, não coloque em dificuldade também uma política reformadora, assim como foi entendida pelo reformismo tradicional (seja do tipo que defende as reformas vindas de cima, seja do tipo que as promove de baixo).

O reformismo socialista compartilhou com o movimento revolucionário uma certa supervalorização do elemento político em relação ao social, a convicção de que a ação política é o maior fator de mudança social.

Ação política e mudança social

Ainda estamos certos de que ação política e mudança social estão intimamente ligadas uma à outra e de que a segunda dependa exclusivamente da primeira? Uma questão desse tipo, parece-me oportuna, estende o nosso debate a um campo até o momento pouco explorado e, no que diz respeito ao tema do congresso, ainda mais preliminar do que o que discuti até agora. Trata-se de saber, em outras palavras, se o reformismo é, não só ainda claramente definível, desde quando sua antítese histórica perdeu força, mas também possível, pelo menos no sentido em que sempre foi entendido dentro da

esquerda, como reformismo político, como ação ou conjunto de ações prolongadas no tempo, direcionadas para a mudança com base em projetos de longo ou curto prazo (isto é, com base em um programa máximo ou um programa mínimo).

Parece-me difícil negar que na Itália todos os projetos a longo, médio e curto prazo, tenham tristemente falido. Quantos são os projetos desenvolvidos pela esquerda histórica, comunistas e socialistas, que permaneceram letras-mortas, após terem sido objeto de entretenimento intelectual em congressos, seminários, mesas redondas, debates em revistas e jornais, e outras tais logomaquias?

Quem de nós não tem pecado, que atire a primeira pedra. O intelectual propõe e o político dispõe: não porque desdenhe do trabalho do intelectual, mas muito frequentemente porque não sabe o que fazer dele, consciente como é de que a sua ação é, principalmente, tampar os buracos para evitar afundar, mais que pilotar o navio em direção a metas maravilhosas. Acredito que o bom político já tenha aprendido que o navio que ele dirige em uma sociedade democrática, com todas as obrigações que as regras democráticas lhe impõem, é um pequeno barco costeiro que, se se aventurasse em alto mar, correria o risco de ser sacudido pela primeira tempestade.

Não quero dizer com isso que uma política reformadora não seja possível. Digo que não pode ser dada como certa. O que, entre outras coisas, aumenta o compromisso e a responsabilidade de quem se considera reformista e levanta a questão corretamente: qual reformismo?. Não quero tão pouco dizer que na Itália não tenham sido feitas reformas mediante ação política, da reforma da escola única à reforma do direito de família, da instituição do divórcio à descriminalização do aborto.

Mas são todas reformas propostas e implementadas aos pedaços, de tempos em tempos, sem um plano geral, sem que se possa dizer que tenham sido produto de um partido reformista. Paradoxalmente, existiram reformas sem reformismo, quero dizer sem um projeto reformador. E se existiram projetos reformadores, estes não produziram reformas.

Refletindo amplamente sobre a história do nosso tempo e não se limitando a anotações à margem ou em pé de página sobre os acontecimentos que caem sob os nossos olhos de cronistas (como somos frequentemente obrigados a ser sob o ataque cotidiano dos empresários de comunicação de massa e de seus agentes), vem o desejo de observar que há pelo menos duas causas de mudança social que não dependem diretamente do poder político.

Essas são, em primeiro lugar, a mudança de costumes que ocorre sob o impulso de mudanças de ideias, de condições econômicas, de regras de comportamento social e moral; em segundo lugar, o progresso técnico. Trata-se de duas mudanças que estão indubitavelmente conectadas entre si, embora a interdependência entre elas não seja tão clara. A respeito da mudança de costume, basta pensar nas profundas transformações

que aconteceram nos países economicamente desenvolvidos, e nas classes que tiraram maior proveito desse desenvolvimento, nas relações entre os sexos.

Ocorreu-me, muitas vezes, afirmar que a única revolução do nosso tempo (revolução como efeito), ao menos nos países mais avançados economicamente, foi a revolução feminina.

Mas foi uma revolução que ocorreu fora da esfera de influência do poder político, que se limitou, na melhor das hipóteses, a ratificar e legalizar uma série de mudanças ocorridas nas relações familiares após a mudança de normas éticas e, evidentemente, de condições de trabalho, por sua vez, efeito de mudanças na esfera das técnicas de produção. É inútil destacar que enorme influência teria exercido nas relações sexuais a descoberta e a difusão dos contraceptivos, posto que é completamente evidente.

O homem instrumento

A mudança mais perturbadora diante da qual nos encontramos hoje é, sem dúvida, aquela produzida pelo progresso técnico, ou seja, pela invenção de máquinas cada vez mais perfeitas que estão substituindo o trabalho humano.

Os antigos, para justificar a escravidão, ou melhor, a redução do homem a instrumento, a máquina, eram obrigados a recorrer ao falacioso argumento de que há homens escravos por natureza. Em essência, eles tinham que explicar por que um trabalho brutal, como o da máquina, deveria ser feito pelo homem (que, segundo a clássica definição aristotélica, era um animal racional e, como tal, diferente de todos os outros animais). Agora o trabalho dos homens-máquinas poderá, cada vez mais, ser realizado pelas próprias máquinas reais. Após a redução do homem a máquina, o progresso técnico destes últimos anos nos faz presenciar o processo inverso de elevação da máquina a homem.

Tudo isto ocorre independentemente, repito, à revelia, do poder político. Foram Saint-Simon e os saint-simonianos os primeiros a afirmar que a verdadeira e grande transformação da sociedade ocorrida no final do século XVIII foi o produto, não já de uma revolução política, como tinha sido a Revolução Francesa, mas da Revolução Industrial, cujos criadores foram os cientistas e não os políticos.

A grande transformação que está mudando a nossa sociedade atual, e que prepara a sociedade chamada pós-industrial, é o efeito, não de reformas políticas, mas de descobertas científicas e de aplicações técnicas mirabolantes.

No final do século, até Marx acreditava que a humanidade tivesse entrado na era das grandes revoluções sociais e políticas, e que, após a revolução burguesa, uma nova revolução teria feito a humanidade passar do reino das necessidades para o reino das liberdades.

Ampliando ainda mais o olhar ao que mudou do século passado até hoje, convém observar ainda que, desde o fim do século XVIII até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a filosofia da história era orientada em direção à ideia de que a espécie humana era perfectível, e esse processo em direção à perfeição, ou melhor, em direção ao aperfeiçoamento, era irrefreável ou irreversível.

O mito do progresso

Em outras palavras, era dominada por uma concepção progressiva da história, isto é, pela ideia de que a humanidade estivesse, para usar as palavras de Kant, “em constante progresso em direção ao melhor” (merece destaque o “constante”). O mito do progresso caiu: faço referência ao recente livro de Gennaro Sasso, *Tramonto di un mito* [Anoitecer de um mito], que o documenta começando por Nietzsche e Spengler. Hoje não existe mais uma filosofia da história, se por filosofia da história se entende uma resposta positiva à pergunta se a história humana teria um sentido e qual seria ele. Para que se possa dar um sentido à história, é preciso considerar que a história tenha uma meta preestabelecida (a liberdade, a igualdade, a unidade do gênero humano?) e que essa meta preestabelecida esteja destinada a ser inevitavelmente atingida. Hoje não existe mais nenhum filósofo tão temerário a ponto de pensar que a história humana tenha uma meta preestabelecida e que essa meta, supondo que exista, seja alcançável. Talvez tenha decaído definitivamente qualquer concepção teleológica da história. A história vai em direção a... Em direção a quê? A paz universal ou a guerra de destruição total? A secularização integral ou o renascimento do espírito religioso? (Deus morreu ou está mais vivo do que nunca?) A liberdade de todos ou a escravidão universal sob formas novas e nunca vistas de despotismo, como a fantasiada por Orwell? Em suma, a história está em constante progresso em direção ao melhor? E se estivesse, em vez disso, em constante regresso em direção ao pior?

Que o reformismo do século passado estava intimamente ligado a uma concepção progressiva da história, não há dúvida. Uma visão como essa do homem de hoje, mais problemática, menos segura de si, não estou dizendo que o anule, mas com certeza o torna menos confiante. Sem contar que a ideia do progresso sempre esteve ligada a uma concepção eurocêntrica da história: a crise da ideia do progresso anda de mãos dadas com a crise do eurocentrismo.

Na ideia de progresso, o reformismo teve um dos seus mais potentes aliados. Decaído o mito ou, nas palavras de [Georges] Sorel, a ilusão do progresso (mas Sorel era um revolucionário ou acreditava ser), o reformismo também se encontra diante de uma tarefa não só mais difícil, como também de resultados incertos.

Mudança e imobilidade

Progressismo e reformismo tinham em comum a ideia da positividade da mudança: a mudança como tal não é nem boa nem ruim, mas, se a história segue constantemente em direção ao melhor, então a mudança é sempre um sinal positivo. Que a mudança fosse boa e a imobilidade fosse ruim, foi uma ideia que entrou prepotentemente na visão da história na idade moderna.

Os antigos consideravam geralmente a mudança como ruim, tinham uma visão retrógrada da história. Quando Licurgo deu as leis a Esparta, deixou sua cidade e recomendou ao seu povo que não as alterasse até que ele voltasse e nunca mais voltou. Com base nesse julgamento positivo sobre a mudança sempre foi feita a distinção entre o partido dos progressistas e o partido dos conservadores.

Os conservadores são aqueles que julgam a mudança negativa ou pelo menos aceitam a mudança apenas se esta for justificada com bons argumentos; os progressistas, ao contrário, são aqueles que julgam a manutenção negativa e só a aceitam se for, por sua vez, justificada com bons argumentos.

Mas quem são os maiores defensores da mudança hoje? Não são, talvez, justamente os conservadores que consideram o estado atual da relação entre economia e política na maior parte dos países democráticos em que ocorreu uma progressiva extensão das atribuições do Estado como um mal a ser corrigido, e propõem um retorno a um estado anterior à formação do Estado social?

Parece-me, sem dúvida, que hoje as maiores mudanças sejam as exigidas, e em grande parte implementadas em alguns países, pelos neoliberais que reivindicam o desmantelamento do Estado de serviços. São esses que, requerendo uma inversão de rota, apresentam-se como os verdadeiros defensores da mudança. Diante dessa inversão de rota, não correm o risco de parecerem inimigos da mudança justamente os reformadores de outrora?

A crise da esquerda

Desculpem se insisto neste ponto. Mas é justamente neste ponto que a crise da esquerda se manifesta com maior evidência. E se entende: a esquerda sempre foi revolucionária ou reformista. Depois de ter desistido da revolução, refugiou-se no reformismo.

Agora começa a suspeitar que, se por reformismo entende-se o partido da mudança, os

reformistas são os outros. É inútil ignorar os fatos: estamos assistindo a uma verdadeira inversão da política à qual a esquerda, em todas as suas formas, sempre foi fiel, e que sempre teve como resultado um crescimento da esfera pública em relação à esfera privada.

É possível negar que o processo de democratização conduzido pela esquerda sempre andou de mãos dadas, intencionalmente ou não, com uma expansão das atribuições do Estado? Hoje, a palavra de ordem dos conservadores pode ser totalmente expressa nestas duas palavrinhas: menos Estado. É possível negar que a política da esquerda tenha tido como efeito, sempre e em qualquer lugar, “mais Estado”? Com isto não quero dizer que não exista espaço para um reformismo de esquerda. Quero dizer apenas que o critério para distinguir reformadores e conservadores não pode mais ser esse simplista, ou que pelo menos hoje pareceria simplista, dos partidos socialistas do século passado que se definiam partidos da mudança e do progresso. Repito: progresso em que sentido, em que direção, em nome de quê? Percebo que nessa minha reflexão preliminar, que concebi apenas como análise conceitual, mais do que como proposta, ainda temos que dar um passo à frente. Há reforma e reforma. E, portanto, há reformismo e reformismo. Onde todos são reformistas, ninguém é reformista.

E então o problema passa para a questão realmente crucial: quais reformas? Temos certeza de que sabemos quais são as reformas que queremos e quais são as que não queremos, as que distinguem um partido socialista daquelas que não só não o distinguem, mas o contradizem?

O conceito de reforma

A resposta a estas perguntas é ainda mais difícil, pois me parece que nunca tenhamos refletido o suficiente sobre o conceito de reforma em si. Temos certeza de saber o que significa exatamente reforma? Quando falamos em reforma, temos certeza de falarmos todos com o mesmo sentido? Temos certeza de possuímos um critério qualquer para definir uma medida como reformadora e para distingui-la de uma medida não reformadora? E, dado que há reforma e reforma, temos realmente certeza de possuir um critério orientador para distinguir uma reforma de direita? Mais do que uma resposta a essa pergunta que não estou certo se posso dar (mas o que é certo?), proponho uma pesquisa.

Examine-se por certo período de tempo – os últimos trinta anos, por exemplo, desde o início [dos governos] de centro-esquerda, que teriam inaugurado no nosso país o período das reformas ao qual o Partido Socialista deu a sua contribuição – quais leis que foram promulgadas (e executadas) estamos dispostos, de comum acordo, a considerar leis de reforma. Trata-se de uma pesquisa simples, empírica, para começar. Mas, é preciso começar pelos dados de fato, para que todos possamos ter sob nossos olhos e sobre os

quais possamos formular um raciocínio que não fique completamente solto no ar. Dou alguns exemplos: a instituição do ensino fundamental único e a extensão da escolaridade obrigatória para oito anos; o estatuto dos trabalhadores; a reforma do direito de família; a introdução do divórcio e o reconhecimento da legalidade do aborto ainda que dentro de certos limites; o fechamento dos manicômios; a liberação do acesso às universidades; as eleições escolares; o fim do monopólio estatal do rádio e da televisão.

Naturalmente esse elenco está destinado a aumentar ou a ser corrigido, com a contribuição do grupo de pesquisa. Poderão objetar que um elenco desse tipo já pressupõe um critério de distinção e, portanto, uma ideia do que se deva entender por reforma.

Respondo que um conceito de reforma não pode ser dado *a priori* e, para não entrarmos em um círculo vicioso ou em um processo infundável, é preciso começar pelo senso comum, e, somente em um segundo momento, a ideia do senso comum poderá ser convenientemente alterada com base nos resultados da pesquisa.

O mínimo denominador comum

Uma vez compilado o elenco, com todas as precauções, será necessário levantar uma primeira questão: todas essas medidas têm um mínimo denominador comum? Se sim, qual é? É evidente que só a partir de uma resposta a essa pergunta conseguiremos dar uma resposta à pergunta em que consiste uma reforma, que é a questão principal a que somos obrigados a responder se quisermos continuar falando de reformismo.

Bem, parece-me que, em uma primeira aproximação, todas as medidas que mencionei acima têm uma característica em comum: são medidas que ampliam os espaços de liberdade dos indivíduos ou dos grupos, e que, na medida em que ampliam esse espaço, restringem ou limitam o espaço do poder político. Mas então são reformas liberais? Eu diria que são, antes de tudo, reformas democráticas, democracia entendida como o oposto da autocracia, como essa forma de governo ou regime que, quanto mais amplia a liberdade dos governados e restringe o poder dos governantes, mais concretiza sua própria natureza, enquanto o regime autocrático é caracterizado pela tendência oposta. Mas, uma reforma liberal, uma reforma democrática, é também necessariamente uma reforma socialista?

Os exemplos que dei são todos de reformas que foram promovidas ou apoiadas pelo partido socialista: aqui está a pertinência da pergunta. Vejamos um pouco: a resposta a essa pergunta depende da resposta a uma pergunta preliminar: liberdade de quem? Quando se coloca um problema de liberdade é necessário colocar sempre duas perguntas preliminarmente: quem está livre e de que está livre. Em lugar nenhum existe a liberdade de todos de tudo.

Toda liberdade é sempre relativa: se aumenta a liberdade de um, seja um grupo ou um indivíduo, uma categoria ou uma classe, diminui a liberdade de outro, seja grupo, indivíduo, categoria ou classe. A liberação dos escravos diminuiu a liberdade dos donos de escravos. Dou um exemplo radical: a liberdade dos torturados diminuiu a liberdade dos torturadores.

Liberdade e igualdade

Mas o ideal socialista não foi sempre, além daquele da liberdade, aquele da igualdade? Então: o princípio de igualdade é exatamente aquele que serve para distinguir a liberdade liberal da liberdade socialista, bem entendido do socialismo liberal, que é o que nos interessa (já que existe também um socialismo apenas igualitário e não também liberal).

Em que sentido? Considero liberdade socialista por excelência a liberdade que libertando iguala e iguala na medida em que elimina uma discriminação: uma liberdade que não apenas é compatível com a igualdade, mas é a condição para isso.

Retomemos alguns dos nossos exemplos: os loucos liberados das instituições totais não só se tornaram livres, mas ao mesmo tempo se tornaram mais iguais aos outros do que eram antes; uma reforma do direito de família que elimina a autoridade marital torna mais livre a mulher e, libertando-a, torna-a igual ao marido; a liberação do acesso à universidade tirou, no que diz respeito aos jovens que fizeram o ensino médio, uma limitação (os liberou) e uma discriminação (os igualou).

Essa tentativa de individuar reformas que são em conjunto libertadoras e igualizadoras deriva da constatação de que há reformas libertadoras que não são igualizadoras. Como poderia ser qualquer reforma de tipo neoliberal que dá carta branca aos empresários para se livrar das obrigações que provêm da presença de sindicatos ou de conselhos de fábrica, mas ao mesmo tempo destina-se a aumentar a distância entre ricos e pobres; e há, por outro lado, reformas igualizadoras que não são libertadoras, como é, por exemplo, toda reforma que introduz uma exigência escolar e obriga todas as crianças a irem para a escola colocando todos, ricos e pobres, no mesmo plano, mas mediante uma diminuição de liberdade. Chamo atenção para o tema da igualdade porque, apesar de tudo o que hoje se fala sobre excesso de igualitarismo nas sociedades de massa, e dando um exemplo concreto que diz respeito a todos, sobre o nivelamento dos salários que teria sido induzido pelas lutas sindicais dos últimos anos, o nosso país ainda é um país profundamente não igualitário.

Não excluo que certas formas exasperadas de equiparação salarial devam ser corrigidas, porque uma coisa é o ideal de igualdade, outra coisa é o igualitarismo. Mas é indubitável que uma das grandes molas da ação social em todos os tempos e em todas as sociedades

é a percepção do tratamento desigual, da discriminação, em uma palavra, porque eu não saberia como chamá-la de outro modo, da injustiça.

Os grandes ideais

Tudo o que eu disse até aqui me impulsiona inexoravelmente à conclusão de que o problema diante do qual nos encontramos é o de dar uma resposta não tanto à pergunta *Qual reformismo?* mas à pergunta, sobre a qual se joga realmente, não apenas a identidade, mas também o destino da esquerda: *Qual socialismo?*

É minha convicção, e não é de hoje, que o que está em questão nesses últimos anos após a degeneração do Estado nascido da primeira revolução da história conduzida em nome do socialismo, e após o ataque às políticas socialdemocratas por parte das correntes neoliberais, não seja tanto o reformismo (aliás, como eu disse, nunca houve tantos reformismos como agora) quanto o socialismo.

E está em questão porque, permitam-me terminar com esta peroração, abandonando por um momento o estilo analítico seguido até aqui, abatidos pelo vento impetuoso da crise das ideologias, perdemos a bússola.

Não, a estrela guia do socialismo existe desde sempre, existe hoje mais do que nunca, sobretudo se olharmos não apenas para os problemas internos dos países desenvolvidos, mas também para as relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento ou totalmente subdesenvolvidos, entre o Norte eo Sul do mundo; essa estrela guia se chama justiça social.

O que significa que um critério, ainda que muito geral, para determinar de tempos em tempos, para distinguir o reformismo socialista de outras formas de reformismo, existe. Existe um critério pelo menos até quando existirá, e não podemos negar que existam, na Itália e no mundo, oprimidos e opressores, prepotentes e impotentes, os mais fortes e os mais fracos, os que têm e os que não têm, os desiguais e os “mais iguais” que os outros, os discriminadores e os discriminados, o explorador e o faminto, os armados até os dentes e os indefesos, os aterrorizadores (que não são apenas os terroristas) e os aterrorizados.

Um partido socialista precisa, para sobreviver e para olhar com confiança para o próprio futuro, de grandes ideais. Mas não precisa inventar nada. Precisa se manter fiel à própria história.